

**Inquérito Civil Público n. 06.2020.00001246-0**

**Objeto:** apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa pelo servidor do Município de São Joaquim, Marcos Aguiar Godinho, consistente no uso de bem público para fins particulares, o que ocorreu no dia 6 de abril de 2014, ocasião em que utilizou o veículo VW, modelo Gol, placa MLE-0416, para buscar seu filho na residência da genitora deste

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

**n. 0002/2020/02PJ/SJA**

**○ MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, pelo Promotor de Justiça **Gilberto Assink de Souza**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, com fundamento no art. 127, *caput*, e art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal; no art. 97, parágrafo único, da Constituição Estadual; no art. 25, inciso IV, da Lei n. 8.625/93; no art. 5º, §6º, da Lei n. 7.347/85 e nos arts. 25 a 36 do Ato n. 395/2018/PGJ; e, **MARCOS AGUIAR GODINHO**, brasileiro, servidor público municipal, Natural de Alvorada/RS, nascido em 03/11/1979, RG n. 3.783.141, CPF n. 026.809.959-61, filho de Dalzisa Aguiar Godinho e Lauro Candido Godinho, residente na Rua Domingos Martorano, 125, casa de madeira, cor branca com marrom, ao Lado da Agropecuária Galo, São Joaquim/SC, telefone 49 99108-5045, e-mail: marcosgodas@hotmail.com, doravante denominado COMPROMISSÁRIO; diante das constatações e informações reunidas no **Inquérito Civil Público n. 06.2020.00001246-0**, resolvem celebrar o presente

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

- conduta configuradora de ato de improbidade administrativa -

consoante fundamentos e cláusulas estabelecidas na sequência:

**CONSIDERANDO** as funções institucionais do Ministério Público previstas nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, nos arts. 26 e 27 da Lei Federal n. 8.625/93 [Lei Orgânica Nacional do Ministério Público] e nos arts. 82 e 83 da Lei Complementar Estadual n. 197/00 [Lei Orgânica Estadual do Ministério Público de

Santa Catarina];

**CONSIDERANDO** que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, consoante dispõe o artigo 37 da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** que a Lei n. 8.429/92 disciplina as condutas caracterizadoras de atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito [art. 9º], causam dano ao erário [art. 10] ou atentam contra os Princípios Norteadores da Atividade Administrativa [art. 11];

**CONSIDERANDO** que, nos termos do art. 1º da Resolução n. 179 do Conselho Nacional do Ministério Público e do art. 25 do Ato n. 395/2018/PGJ do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, o *"Compromisso de Ajustamento de Conduta é instrumento de garantia dos direitos e interesses difusos e coletivos, individuais homogêneos e outros direitos de cuja defesa está incumbido o Ministério Público, com natureza de negócio jurídico que tem por finalidade a adequação da conduta às exigências legais e constitucionais, com eficácia de título executivo extrajudicial a partir da celebração"*;

**CONSIDERANDO** que o §2º do art. 25 do Ato n. 395/2018/PGJ e o §2º do art. 1º da Resolução n. 179 do Conselho Nacional do Ministério Público permitem a celebração de compromisso de ajustamento de conduta nas hipóteses caracterizadoras de improbidade administrativa, desde que seja assegurado o ressarcimento dos danos eventualmente causados ao erário, bem como sejam aplicadas uma ou algumas das sanções previstas em lei, de acordo com a conduta ou o ato ímprobo cometido;

**CONSIDERANDO** que a celebração de compromisso de ajustamento de conduta é autorizada inclusive no curso de ação judicial, oportunidade em que o acordo será submetido à homologação pelo juízo competente, nos termos do art. 27, §1º, do Ato n. 395/2018/PGJ e do art. 3º da Resolução n. 179 do Conselho Nacional do Ministério Público;

**CONSIDERANDO** a instauração do Inquérito Civil Público n.

06.2020.00001246-0, com o propósito de *"apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa pelo servidor do Município de São Joaquim, Marcos Aguiar Godinho, consistente no uso de bem público para fins particulares, o que ocorreu no dia 6 de abril de 2014, ocasião em que utilizou o veículo VW, modelo Gol, placa MLE-0416, para buscar seu filho na residência da genitora deste"*;

**CONSIDERANDO** que após a conclusão das investigações, com a análise das provas, elementos, indícios, documentos, informações e depoimentos colhidos no procedimento acima referido, apurou-se que **Marcos Aguiar Godinho**, na condição de servidor público do Município de São Joaquim/SC, por ação, praticou ato de improbidade administrativa que gerou dano ao erário e atentou contra os Princípios da Administração Pública, cometendo, em razão disso, ato de improbidade administrativa previsto no art. 10, *caput*, e inciso II, e art. 11, *caput*, da Lei n. 8.429/92;

**CONSIDERANDO** que *"constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições"*, nos termos do art. 11, *caput*, da Lei n. 8.429/92;

**CONSIDERANDO** que, em síntese, há elementos concretos no sentido de que o investigado *Marcos Aguiar Godinho* usou bem público para fins particulares, o que ocorreu no dia 6 de abril de 2014, ocasião em que utilizou o veículo VW, modelo Gol, placa MLE-0416, para buscar seu filho na residência da genitora deste, ocasião, inclusive, em que o veículo pertencente ao Município de São Joaquim acabou sendo danificado em uma briga familiar;

**CONSIDERANDO**, porém, que o servidor *Marcos Aguiar Godinho* já promoveu a reparação integral do dano ao erário;

**CONSIDERANDO** que o investigado manifestou interesse em solucionar o caso de forma extrajudicial, evitando, com isso, a necessidade do ajuizamento de ação de responsabilização pela prática de ato de improbidade administrativa;

**CONSIDERANDO** que *"na fixação das penas previstas nesta lei o juiz*

*levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente", nos termos do parágrafo único do art. 12 da Lei n. 8.429/92;*

**CONSIDERANDO** que o responsável pelo ato de improbidade administrativa está sujeito às sanções previstas no art. 12, incisos I, II e III, da Lei n. 8.429/92, os quais podem ser aplicados isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato, razão pela qual a punição do agente público ou político ímprobo deve ser proporcional à gravidade da sua conduta (intensidade do dolo), às consequências jurídicas do ato (montante do proveito econômico auferido e/ou do dano causado ao erário), à repercussão e ao grau de reprovabilidade sociais;

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 12, inciso III, da Lei n. 8.429/92, e levando-se em conta a gravidade dos fatos cometidos e da conduta do agente, a extensão do dano e o proveito patrimonial do agente, tem-se que a aplicação de **multa civil** é suficiente para alcançar o caráter punitivo e pedagógico da sanção;

**RESOLVEM CELEBRAR** o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com fundamento no art. 5º, §6º, da Lei 7.347/85 e art. 86 da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público [Lei Complementar n. 197/2000], mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto**

Este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem por objeto compelir extrajudicialmente **Marcos Aguiar Godinho** a pagar multa civil, em decorrência da prática de ato de improbidade administrativa que gerou dano ao erário e atentou contra os Princípios da Administração Pública, previsto no art. 10, *caput*, e inciso II e art. 11, *caput*, da Lei n. 8.429/92, evitando-se, com isso, a judicialização do caso.

**CLÁUSULA SEGUNDA – Da multa civil [art. 12, inciso II e III, da Lei n. 8.429/92]**

**Item 01.** O COMPROMISSÁRIO **Marcos Aguiar Godinho** compromete-se em efetuar o pagamento de **multa civil** no importe de **R\$ 2.265,17 [dois mil, duzentos e sessenta e cinco reais e dezessete centavos]**, com vencimento para o dia

31 de agosto de 2020, a ser revertida ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL), do Estado de Santa Catarina, previsto no artigo 13 da Lei n. 7.347/85 e criado pelo Decreto Estadual n. 1.047/87, mediante expedição boleto bancário;

**Item 02.** O boleto bancário referido no itens anterior será remetido ao endereço eletrônico do COMPROMISSÁRIO: [marcosgodas@hotmail.com](mailto:marcosgodas@hotmail.com);

**Item 03.** O COMPROMISSÁRIO compromete-se a promover a juntada nesta Promotoria de Justiça, em até 5 dias úteis após o pagamento, de cópia do comprovante de pagamento do boleto bancário.

<b>CLÁUSULA TERCEIRA – Das multas em caso de descumprimento e da execução</b>
---

**Item 01.** Em caso de descumprimento das obrigações assumidas, o COMPROMISSÁRIO estará sujeito à seguinte multa, que deverá ser reajustadas mensalmente pelo INPC ou índice equivalente, a serem revertidas para o **FUNDO DE RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS**, criado pelo Decreto Estadual n. 10.047, de 10.12.87, conforme art. 13 da Lei 7.347/85, mediante expedição futura de boleto bancário, definidas na tabela abaixo:

Cláusula descumprida	Valor da Multa	Referência
Cláusula Segunda	R\$ 10,00	Por dia de atraso.

**Item 02.** O não cumprimento do ajustado nos itens constantes na Cláusulas Segunda implicará no pagamento da multa referida no item anterior, bem como na execução judicial das obrigações assumidas e protesto do título em cartório de notas;

**Item 03.** A multa acima estipulada será exigida independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, estando o COMPROMISSÁRIO constituído em mora com a simples ocorrência do evento ou vencimento dos prazos fixados.

**Item 04.** As multas pecuniárias deverão ser recolhidas em favor do

Fundo para Recuperação dos Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL), criado pelo Decreto Estadual n. 10.047/87, conforme artigo 13 da Lei n. 7.347/85, mediante expedição futura de boleto bancário;

#### **CLÁUSULA QUARTA – Da fiscalização do TAC**

A fiscalização das cláusulas do presente compromisso de ajustamento de conduta será realizada pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, quando esgotados os prazos anteriormente previstos ou quando se fizer necessário.

#### **CLÁUSULA QUINTA – Das justificativas**

Considerar-se-á como justificativa ao descumprimento das cláusulas ajustadas a ocorrência de caso fortuito ou força maior, que deverá ser formalmente relatado, justificado e comprovado, devendo o COMPROMISSÁRIO comunicar o Ministério Público no **prazo de 10 [dez] dias** após sua constatação.

#### **CLÁUSULA SEXTA – Da possibilidade de aditamento**

As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – Da postura do Ministério Público**

**Item 01.** O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA** compromete-se a não utilizar os instrumentos jurídicos cabíveis em desfavor do COMPROMISSÁRIO, no que diz respeito aos itens ajustados, caso estes sejam devidamente cumpridos, bem como a fiscalizar o cumprimento do presente Termo de

Ajustamento de Conduta, inclusive procedendo eventual execução, no prazo de 60 [sessenta] dias, caso haja necessidade, nos termos do art. 33, *caput*, do Ato n. 395/2018/PGJ;

**Item 02.** O prazo que trata o item anterior poderá ser excedido se o COMPROMISSÁRIO justificar satisfatoriamente o descumprimento ou reafirmar suas disposição para o cumprimento, casos em que ficará a critério do Órgão do Ministério Público decidir pelo imediato ajuizamento da execução, pelo aditamento do compromisso ou pelo acompanhamento das providências adotadas pelo compromissário até o efetivo cumprimento deste compromisso de ajustamento de conduta, sem prejuízo da possibilidade de execução da multa [art. 33, §1º, do Ato n. 395/2018/PGJ];

#### **CLÁUSULA OITAVA – Da abrangência do compromisso**

Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão ou entidade fiscalizatória, nem limita ou impede o exercício, por eles, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares, bem como não afasta, necessariamente, a eventual responsabilidade administrativa ou penal pelo mesmo fato, nem importa, automaticamente, no reconhecimento de responsabilidade para outros fins que os estabelecidos expressamente neste compromisso.

#### **CLÁUSULA NOVE – Da vigência.**

O presente Termo entrará em vigor a partir da data de sua celebração e terá prazo determinado, perdurando até o integral pagamento dos valores constantes na Cláusula Segunda.

#### **CLÁUSULA DEZ – Da formação do título executivo extrajudicial**

Este acordo tem natureza de negócio jurídico que tem por finalidade a adequação da conduta às exigências legais e constitucionais, com eficácia de título executivo extrajudicial a partir da celebração, na forma do art. 5º, §6º, da Lei n. 7.347/85

e art. 784, incisos IV e XII, do Código de Processo Civil, sendo que o arquivamento do **Inquérito Civil Público n. 06.2020.00001246-0** será submetido à homologação pelo Conselho Superior do Ministério Público, conforme determinado pelo art. 9º, §3º, da Lei n. 7.347/85.

São Joaquim/SC, 21 de julho de 2020.

[assinatura digital]  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO  
DE SANTA CATARINA**  
**Gilberto Assink de Souza**  
Promotor de Justiça  
COMPROMITENTE

**MARCOS AGUIAR GODINHO**  
COMPROMISSÁRIO